



Fls: Nº 04
Proc: Nº 352/07

PROJETO DE LEI Nº

032/2007



PL

**“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO
ADMINISTRATIVA DO USO E
EXPLORAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL
DE BARUERI – ORLANDO BAPTISTA
NOVELLI.”**

RUBENS FURLAN, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar ao Grêmio Recreativo Barueri, entidade de prática desportiva e filantrópica, sem fins lucrativos, declarado de utilidade pública pelo Decreto nº. 6.014, de 8 de fevereiro de 2007, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.042.648/0001-73, com sede na Avenida Guilherme Perereca Guglielmo, nº. 1.000, Centro, Barueri, SP, a concessão administrativa de uso do Estádio Municipal de Barueri “Orlando Baptista Novelli”, localizado na Avenida Prefeito João Villalobo Quero, nº. 905, no Distrito do Jardim Belval, com suas dependências e anexos.

Artigo 2º - O próprio público em apreço, identificado na planta de implantação – Anexo único desta lei – deverá ser utilizado, exclusivamente, para a realização de partidas oficiais de futebol que ocorrerão em campeonatos e/ou torneios oficiais, bem como para a realização de outros eventos sociais, recreativos, culturais e afins, ficando expressamente vedada a sua utilização para a realização de eventos políticos e religiosos.

Artigo 3º - A concessão de uso de que trata esta lei será formalizada por contrato administrativo, sendo conferida a título oneroso e pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com fundamento no artigo 97, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Artigo 4º - Constituem encargos da concessão a serem observados pelo concessionário:

I – responsabilizar-se pela manutenção, conservação e segurança do próprio público objeto da concessão;



Fls: Nº 03

Proc: Nº 352/04

- II – denunciar ao Poder Concedente quaisquer anormalidades que ocorrerem no próprio público;
- III – não ceder, locar ou transferir o uso do bem a terceiros, sem a prévia e expressa anuência do Poder Concedente;
- IV – solicitar às concessionárias de serviços públicos, sendo o caso, as necessárias ligações de água, esgoto, energia elétrica, telefone e gás;
- V – submeter à prévia aprovação da Prefeitura qualquer adaptação, benfeitoria ou modificação que, porventura, seja necessário no próprio público;
- VI – submeter-se à fiscalização do Concedente;
- VII – assegurar ao Concedente o repasse do lucro líquido, em percentual definido em contrato próprio, proveniente das bilheterias e dos eventos realizados no Estádio, bem como das explorações comerciais ali exercidas;
- VIII – exibir todos os contratos de locações e concessões que forem firmados, assim como enviar, anualmente, um relatório de prestação de contas, constando todas as receitas e despesas provenientes do Estádio;
- IX – firmar contratos de locação ou comodato, com prazo máximo de 15 (quinze) dias, para a realização de qualquer evento, seja social, recreativo, cultural ou afins, ficando ao seu exclusivo critério a análise da viabilidade de se realizar o respectivo evento;

Artigo 5º - Fica facultada ao concessionário a exploração econômica das dependências do Estádio, compreendendo as lanchonetes, restaurantes, camarotes, estacionamento, espaços publicitários, fornecedores de produtos e serviços e outros, desde que observados os princípios da impessoalidade, igualdade, moralidade, publicidade e legalidade.

Artigo 6º - O Poder Concedente, por seu turno, deverá permitir ao concessionário o uso pacífico e a exploração exclusiva do próprio público em apreço, sendo-lhe, todavia, facultado:

- I – examinar as contas prestadas pelo concessionário;
- II – analisar qualquer adaptação, benfeitoria ou modificação que, porventura, seja necessário no próprio público, desde que requisitado previamente pelo concessionário;
- III – fiscalizar os contratos firmados entre o concessionário e terceiros.



Artigo 7º. O Poder Concedente responsabilizar-se-á pelo pagamento das tarifas relativamente aos serviços de água e esgoto, energia elétrica, telefone e gás.

Artigo 8º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barueri,


RUBENS FURLAN
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Barueri
Extraírem xerógrafos e enviá-los aos Vereadores.
Em <u>29/05/2007</u>
_____ Presidente

Câmara Municipal de Barueri
As Comissões Permanentes desta Casa para emitirem Parecer a respeito dentro do prazo legal
Em <u>29/05/2007</u>
_____ Presidente

*Pedido de vistas
deliberado pelo Plenário,
o Vereador Antônio Doni-
zetti Inácio tem 3 (três)
dias para analisar o
projeto e devolvê-lo à
Diretoria Legislativa.
Barueri 05/06/2007.*